

# Empoderamento e protagonismo social na práxis bibliotecária

Empowerment and social protagonism in the librarian practices

## Larisse Macêdo de Almeida

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Bibliotecária do Instituto do Câncer do Ceará. [lari.biblio@yahoo.com.br](mailto:lari.biblio@yahoo.com.br)

## Gabriela Belmont de Farias

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora no Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). [gabibfarias@gmail.com](mailto:gabibfarias@gmail.com)

## Maria Giovanna Guedes Farias

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora no Departamento de Ciências da Informação da Universidade Federal do Ceará (UFC). [mgiovannaguedes@gmail.com](mailto:mgiovannaguedes@gmail.com)

## RESUMO

O acesso a bens coletivos como educação e cultura possibilitou ao longo do tempo o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e esta, se tornou elemento fundamental para a construção da noção de empoderamento. A conquista dessa autonomia só foi possível quando os indivíduos se tornaram protagonistas de suas histórias, quando passaram a perceber o peso da própria influência nas decisões coletivas e a importância de sair do estado de passividade para buscar seus direitos. O empoderamento dos sujeitos com suas ações individuais e coletivas são fator indispensável para o desenvolvimento de protagonistas. Destarte, objetiva-se discutir a relevância do empoderamento do bibliotecário para a formação de um perfil protagonista, que possibilite desenvolver nos usuários sua autonomia e o interesse pela conquista de seus direitos básicos na sociedade a fim de alcançar a prática da cidadania e da democracia através da participação ativa nas decisões. Como procedimento metodológico fez-se uso de revisão de literatura com consulta a bases de dados e utilização de autores clássicos e contemporâneos. Os resultados desta revisão indicam que o princípio do empoderamento é ser ativo e não apenas reivindicativo. Ele envolve um processo de conscientização que possibilita a passagem de um estado de passividade para uma consciência crítica. O processo de empoderamento é elemento indispensável para o alcance do protagonismo social e inserimos nesse contexto a atuação do bibliotecário como protagonista do seu espaço e mediador da informação. Concluímos que se tornar protagonista envolve ações de mediação, a priorização de pautas de interesse coletivo e ser representante das demandas e interesses sociais. O bibliotecário protagonista tem a consciência da importância de possibilitar o acesso à informação para a sociedade, ajudando seus membros a exercer a cidadania e a se tornarem protagonistas de suas próprias vidas.

**Palavras-chave:** Empoderamento. Protagonismo social. Atuação Bibliotecária.

## ABSTRACT

Access to collective goods such as education and culture made it possible over time to develop the autonomy of the subjects and this became a fundamental element for the construction of the notion of empowerment. The conquest of this autonomy was only possible when individuals became protagonists of their stories, when they came to perceive the weight of their influence in collective decisions and the importance of leaving the state of passivity to seek their rights. The empowerment

of individuals with their individual and collective actions is an indispensable factor for the development of protagonists. The purpose of this study is to discuss the relevance of the librarian's empowerment to the formation of a protagonist profile that allows the users to develop their autonomy and interest in the achievement of their basic rights in society in order to achieve citizenship and democracy through active participation in decisions. As a methodological procedure, a review of the literature was done with reference to databases and the use of classical and contemporary authors. The results of this review indicate that the principle of empowerment is to be active rather than just advocacy. It involves a process of awareness that enables the passage from a state of passivity to a critical consciousness. The process of empowerment is an indispensable element for the achievement of social protagonism and we insert in this context the role of the librarian as the protagonist of his space and mediator of information. We conclude that becoming a protagonist involves mediation actions, the prioritization of collective interests and being representative of social demands and interests. The leading librarian is aware of the importance of enabling access to information for society, helping its members to exercise citizenship and become protagonists in their own.

**Keywords:** Empowerment. Social protagonism. Librarian Performance.

## 1 INTRODUÇÃO

Todas as instâncias da sociedade são organizadas por sistemas informacionais e, por isso, a informação passou a ser um recurso indispensável para o estabelecimento das relações de poder. Foucault em 1996 relata acerca das restrições dos nossos discursos, os quais são orientados e regidos por normas e convenções sociais. Conforme o autor existe inúmeras instituições e procedimentos de controle e delimitação do discurso, o que contribui para um sistema de exclusão. Entretanto, é através do próprio discurso que se definem as estruturas de dominação e se manifestam os objetos das lutas sociais.

A história da humanidade é marcada por constantes e diversas lutas em busca de poderes individuais e coletivos na sociedade. O domínio de artes como a escrita, por exemplo, segregou por muito tempo as comunidades e fortaleceu as estruturas hierárquicas. Eventos como a invenção da imprensa por Gutemberg, se constituem como marcos na construção da sociedade à medida que permitem a expansão da comunicação sem a regulação de instituições sociais. O acesso a bens coletivos como educação e cultura possibilitou ao longo do tempo o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, autonomia esta fundamental para a construção da noção de empoderamento, conceito que está diretamente relacionado às relações de poder, visto que, um indivíduo empoderado possui poder para tomar suas próprias decisões.

Horochovski e Meirelles (2007) explicam que nas comunidades empoderadas os indivíduos que as compõem, possuem o controle sobre suas vidas, participam

democraticamente e criticamente do ambiente, tendo autonomia para tomar suas próprias decisões. A ideia central é que o empoderamento possibilita aos indivíduos terem voz, visibilidade, influência e capacidade de ação.

Ao se empoderar de suas ações, o indivíduo tem a oportunidade de atuar como protagonista de sua história, ou seja, estar seguro e participante ativo das atividades sociais. O protagonismo, conforme Klein (2009, p. 10) “é um conceito cujo significado é relacional, na medida em que só pode ser compreendido em relação aos diferentes sujeitos, envolvidos num acontecimento.” O autor afirma ainda que o protagonista de uma ação é o autor da mesma, que significa se empoderar, ser visto e ouvido primeiramente em nível individual, para chegar ao protagonismo social.

No contexto em que se insere o profissional bibliotecário, sua atuação como sujeito empoderado e protagonista na comunidade em que vive, tem influência direta nas suas ações dentro da biblioteca. Ser protagonista envolve ações de mediação, a priorização de pautas de interesse coletivo e ser representante das demandas e interesses sociais.

Diante do exposto, nosso objetivo se pauta em discutir a relevância do empoderamento do bibliotecário para a formação de um perfil protagonista que possibilite desenvolver nos usuários sua autonomia e o interesse pela conquista de direitos individuais e coletivos básicos na sociedade, a fim de alcançar a prática plena da cidadania e da democracia através da participação ativa nas decisões.

Ressaltamos o processo de empoderamento como elemento indispensável para o alcance do protagonismo social e inserimos nesse contexto a atuação do bibliotecário como protagonista do seu espaço e mediador da informação. As reflexões expostas aqui são resultados parciais de uma pesquisa de mestrado acadêmico em andamento na Universidade Federal do Ceará na área de Ciência da Informação.

Para a produção deste artigo recorreremos ao método de pesquisa de revisão de literatura, no qual nos aportamos teoricamente em autores como Baquero (2012), Gohn (2004), Horochovski e Meirelles (2007) e Kleba e Wendausen (2009) para abordar o conceito e as práticas do empoderamento. Para tratar do protagonismo social nos utilizamos das reflexões de Klen (2009) e Bitencourt (2008), e para compreender como o empoderamento interfere nas práticas do bibliotecário nos debruçamos nos pensamentos de Varela, Barbosa e Farias (2016), Farias (2016) e Morigi, Vanz e Galdino (2002).

## 2 EMPODERAMENTO E PROTAGONISMO SOCIAL

A informação está diretamente vinculada aos relacionamentos interpessoais, sendo resultado de uma construção coletiva. A criação de significado a partir da interação com o outro possibilita a apropriação e conseqüentemente a criação de novos conhecimentos. Zins (2011) explica que os estímulos sensoriais que percebemos por meio de nossos sentidos são os “dados” e o significado desses estímulos sensoriais é a “informação” sendo, portanto, a informação um tipo de conhecimento empírico. Desse modo, podemos afirmar que são as experiências do sujeito que produzem novos conhecimentos, os quais são assimilados e associados às informações já processadas anteriormente pelo mesmo.

Nesse contexto de participação, interação e construção colaborativa é fundamental considerar as especificidades comportamentais e cognitivas de cada sujeito, pois, o conhecimento elaborado a partir das experiências deve ser compreendido a partir das diferenças e dentro dos princípios da alteridade. De acordo com Silva e Gomes (2014, p. 5):

É precisamente nesse caráter de conflito entre o eu e o outro que é possível pensar o ‘ser para o outro’, uma vez que o conflito é subsídio *sinequa non* para o estabelecimento de múltiplas relações que podem ser situadas, por um lado, nos contextos de negação, domínio e posse e, por outro lado, nos contextos de reciprocidade que favorecem perspectivas efetivas à formação da consciência.

A informação tem assim um caráter alteritário, na medida em que pressupõe uma prática interativa e desloca os processos cognitivos do “eu” estabelecendo uma relação dinâmica entre o “eu e o outro”, permitindo que todos os indivíduos se empoderem em suas ações e, em conjunto, possam transformar a realidade da comunidade em que vivem. De acordo com Silva e Gomes (2014) o que faz da informação um recurso alteritário é sua definição eminentemente coletiva, relacional e interacionista. O outro se insere nesse contexto como um elemento fundamental para a constituição do eu.

O termo *empowerment*, traduzido para o português como empoderamento, surgiu no século XX nos Estados Unidos representando os movimentos de busca pela emancipação social. O conceito ganhou significado com as lutas que buscavam democracia e cidadania para as minorias políticas e sociais (negros, mulheres,

deficientes, etc). Na década de 90 passou a ser relacionado à busca por afirmação do direito à cidadania nas diversas esferas da vida social. (BAQUERO, 2012).

No contexto brasileiro, o empoderamento surge em um período de transição democrática. Ele é introduzido no vocabulário político em 1970 durante o regime militar expressando a luta pelos direitos civis:

Na linguagem política corrente, ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar. Este fato significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil deveria se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* no plano estatal, dominado pelos militares e por um regime não democrático com políticas públicas que privilegiavam o grande capital, considerando apenas as demandas de parcelas das camadas médias e altas da população [...] Este cenário estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas no interior da sociedade civil, voltadas para a reivindicação de bens, serviços e direitos sociopolíticos, negados pelo regime político vigente. (GOHN, 2004, p. 21).

Na luta por autonomia, esses movimentos sociais se posicionavam contra a hegemonia do Estado, reivindicando bens e serviços públicos como terra, moradia, segurança, saúde, direitos sociais e culturais, além de liberdade e melhoria da qualidade de vida. Com o fim do regime militar e o aumento das pressões sociais, cresceu a representação pública na política e a participação dos sujeitos nas decisões coletivas. Foi este processo que possibilitou o empoderamento dos grupos para a concentração de forças com o objetivo de criar instituições para suprir deficiências dos serviços públicos.

Entretanto, como explica Gohn (2004, p. 24), “a participação da sociedade civil na esfera pública - via conselhos e outras formas institucionalizadas - não é para substituir o Estado, mas para lutar para que este cumpra seu dever: propiciar educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos”. A princípio estas lutas estavam ligadas a grupos políticos, porém, aos poucos, os sujeitos foram se emancipando, mas mantendo o ideal de busca pela justiça social.

A conquista dessa autonomia dos sujeitos só foi possível quando estes se tornaram protagonistas de suas histórias, quando passaram a perceber o peso da própria influência nas decisões coletivas e a importância de sair do estado de passividade para conquistar seus direitos. Bitencourt (2008, p. 36) explica a origem e significado do termo:

A palavra protagonismo vem do grego *prótos*: o primeiro; aquele que sai na frente, o principal; e *agonistés*: lutador, competidor. O protagonista era o personagem mais importante do teatro grego, em torno do qual se construía a trama. Posteriormente a palavra foi atribuída também ao personagem principal de um livro, filme ou telenovela. Fala-se também na atitude de um indivíduo que exerce papel de destaque em um evento social ou num simples acontecimento. Protagonizar adquiriu também um sentido que é muito atual: tomar a dianteira, estar à frente, ter visão de onde se quer chegar, liderar, envolver pessoas. Atualmente esta palavra vem despertando grande interesse na educação e em muitos outros setores da vida, num contexto em que se busca a construção do sujeito, autônomo, livre e cidadão.

Nesse sentido, observamos que o empoderamento dos sujeitos com suas ações individuais e coletivas é fator indispensável para o desenvolvimento de protagonistas, ou seja, de indivíduos que de fato coloquem em prática o seu poder de decisão como forma de participar e incentivar as transformações sociais.

Para Horochovski e Meirelles (2007) a noção de empoderamento está relacionada ao poder que os indivíduos têm de controlar suas vidas e participar democraticamente das decisões coletivas compreendendo criticamente o contexto em que vivem. Este processo de liberdade inerente ao conceito de empoderamento tanto pode ser positivo quanto negativo, por isso, os autores adotam o termo na perspectiva do aprofundamento da democracia na qual os acontecimentos e/ou decisões têm a participação de todos.

Os autores acima fazem ainda uma crítica ao pensamento de que a sociedade civil é uma esfera mais ou menos independente do Estado, pois, essa afirmação não considera as consequências negativas da redução de recursos estatais na sociedade e seu impacto no aumento da exclusão e pobreza, além de ingenuamente acreditar que a descentralização de poder das agências governamentais é condição suficiente para empoderar os indivíduos. Compreendemos assim que, o empoderamento dos indivíduos não significa a obtenção de poder total para ser independente da esfera pública estatal, mas sim a capacidade de equilibrar as relações de poder para dar oportunidade aos grupos que têm menos recursos.

Nesta perspectiva, entendemos que o poder é um aspecto fundamental no processo de empoderamento. O sujeito empoderado possui poder para tomar as decisões que direcionam suas ações na vida pessoal e coletiva. Kleba e Wendausen (2009) apresentam um conceito de empoderamento que abrange as ideias expostas:

Significa aumento do poder, da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos às relações de opressão, discriminação e dominação social. Dá-se num contexto de mudança social e desenvolvimento político, que promove equidade e qualidade de vida através de suporte mútuo, cooperação, autogestão e participação em movimentos sociais autônomos. Envolve práticas não tradicionais de aprendizagem e ensino que desenvolvam uma consciência crítica. No empoderamento, processo e produto se imbricam, sofrendo assim interferência do contexto ecológico social, cujos lucros não podem ser somente mensurados em termos de metas concretas, mas em relação a sentimentos, conhecimentos, motivações etc. (KLEBA e WENDAUSEN, 2009, p. 736).

Assim, o empoderamento ocorre em diferentes lugares e espaços, e os sujeitos com suas ações, interferem na vida pessoal e coletiva, possibilitando que o empoderamento não se torne um processo de natureza individual e sim fortemente relacionado com a alteridade. Gohn (2004, p. 181) afirma que “isso faz do *empowerment* muito mais do que invento individual ou psicológico, configurando-se como um processo de ação coletiva que se dá na interação entre indivíduos, o qual envolve, necessariamente, um desequilíbrio nas relações de poder na sociedade”.

Baquero (2012, p. 174) alerta que “os debates sobre empoderamento apontam para duas dimensões essenciais a serem consideradas: a educativa e a política, uma vez que visões de mundo e de propósitos sociais diferenciados orientam as distintas concepções e ações de empoderamento.” Gohn (2004) corrobora com este pensamento quando afirma que o conceito de empoderamento não tem um significado universal, ocorrendo assim em diferentes níveis:

Tanto poderá estar referindo-se ao processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social); como poderá referir-se a ações destinadas a promover simplesmente a pura integração dos excluídos, carentes e demandatários de bens elementares à sobrevivência [...]. (GOHN, 2004, p. 23).

O empoderamento neste caso seria bem-sucedido à medida que fosse capaz de ultrapassar a assistência social a grupos excluídos e buscar promover a mobilização social com o objetivo de influenciar o processo de decisões coletivas. Entretanto, acreditamos que o empoderamento pode ser visto também em uma perspectiva dialética, na qual a concentração de poder em pequenos grupos, ou grupos específicos,

pode evidenciar as diferenças sociais e fortalecer as relações de dominação. Dessa forma, é preciso haver um equilíbrio para orientar a utilização das competências individuais na promoção de mudanças sociais.

Bitencourt (2008) explica que o protagonismo está relacionado ao desenvolvimento do sujeito como pessoa e ator social e sua capacidade de fazer a diferença na comunidade em que vive:

O protagonismo é um processo, uma conquista gradual e que, em tese, pode ser praticado por todos, através da busca do autoconhecimento, do exercício dos direitos e deveres, de modo a facilitar a inserção no coletivo, percebendo-se como agente de transformação social, responsável e consciente de seus próprios limites e possibilidades. [...] Ser protagonista não significa pretender ser o melhor em relação aos outros, mas em relação a si mesmo. (BITENCOURT, 2008, p. 50)

Percebemos assim que o protagonismo está diretamente relacionado ao exercício da cidadania em todos os níveis (individual, grupal e social) e que seu objetivo não é dominação, competição ou disputa por interesses individuais, mas sim, a defesa de questões que afetam os indivíduos em sua coletividade.

Segundo Horochovski e Meirelles (2007), geralmente os sujeitos que ainda não são empoderados necessitam de intervenções externas de grupos ou organizações, pois, não desenvolverão espontaneamente as competências relacionadas ao empoderamento, entretanto, as instituições (ONGs e etc.) criadas para apoiar o processo, não têm o poder de empoderar o indivíduo, mas sim de criar um ambiente favorável para que ele mesmo busque se tornar empoderado.

Como também afirmam Kleba e Wendausen (2009), o empoderamento não pode ser fornecido ao outro, trata-se de um processo que só pode ser efetivado pelo próprio sujeito que deseja se empoderar. O papel dos agentes externos seria “catalizar ações ou auxiliar na criação de espaços que favoreçam e sustentem processos de empoderamento, os quais refletem situações de ruptura e de mudança do curso de vida.” (p. 735). Tais profissionais atuam como mediadores que incentivam os indivíduos a implementarem suas próprias ações.

Na perspectiva do empoderamento como processo, Baquero (2012, p. 181) afirma que ele emerge “da interação com outros indivíduos, gerando pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social e

possibilitando a transformação de relações sociais de poder.” Complementando a ideia de Horochovski e Meirelles (2007), o autor explica ainda que:

Como verbo transitivo, empoderar envolve um sujeito que age sobre um objeto. Como verbo intransitivo, por sua vez, envolve a ação do próprio sujeito. [...] Diferentemente da primeira concepção de empoderamento, que é investir ou dar poder e autoridade a outros, a segunda compreensão envolve tornar os outros capazes, ou auxiliar os outros a desenvolver habilidades para que possam obter poder por seus próprios esforços. Do ponto de vista de uma educação crítica, os educadores não podem “dar poder às pessoas”, mas podem torná-las capazes de aumentar suas habilidades e recursos para ganhar poder sobre suas vidas. (BAQUERO, 2012, p. 179).

Percebemos assim que o empoderamento é um processo que depende da experiência adquirida pelos sujeitos ao longo da vida e da percepção que eles têm de suas interações, e são essas vivências que geram a identidade dos mesmos. O processo de construção da realidade a partir da interação entre os indivíduos, utilizando suas experiências pessoais e coletivas em busca de participação e autonomia nas decisões que afetam suas vidas permite que os sujeitos se tornem protagonistas em diversas áreas e contextos, isso porque o desenvolvimento cognitivo é resultado de uma série de impressões de experiências sensoriais compartilhadas e relacionadas aos conceitos adquiridos *a priori*.

Varela (2014) também percebe que o sujeito só existe plenamente a partir de suas relações com o outro no mundo e ressalta a importância da presença de um agente mediador que compreenda a realidade e o contexto do indivíduo para que o processo de construção cognitiva ocorra de modo crítico e consciente. A autora explica que o conceito de mediação da informação requer o envolvimento de sujeitos protagonistas, que se apropriam do conhecimento e que direcionam as ações para a realização em conjunto, para a construção colaborativa.

Santos Neto e Almeida Júnior (2014, p. 1245) explicam que “a mediação se refere à interposição de alguém ou de algum elemento, com o intuito de melhorar as relações entre os sujeitos envolvidos”. Inserindo esse conceito no contexto das bibliotecas, compreendemos que a mediação da informação requer que o bibliotecário interfira no processo de apropriação e transformação dessa informação em conhecimento. A construção e o compartilhamento de experiências entre esse profissional e o usuário são elementos fundamentais para o desenvolvimento da

autonomia intelectual e para tornar a biblioteca um ambiente ativo e interacionista onde o diálogo esteja sempre presente e direcione as ações de mediação para a construção do conhecimento através da interação entre bibliotecário e usuário.

### **3 O BIBLIOTECÁRIO EMPODERADO E PROTAGONISTA**

O avanço das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) tem afetado intensamente a prática do profissional bibliotecário, alterando a forma de realização dos processos, de atendimento de demandas e de acesso informacional. A inserção dessas tecnologias nos serviços ofertados pelas bibliotecas trouxe benefícios para a organização e disponibilização da informação, principalmente para o serviço de disseminação seletiva da informação (DSI). Entretanto, a automação desses serviços deu início a redução da interação entre os sujeitos envolvidos no processo informacional, fazendo com que a mediação seja muitas vezes “transferida” para o computador. Como consequência, as ações do bibliotecário precisaram passar a ser constantemente reavaliadas a fim de direcioná-las para a aquisição de competências voltadas para as atuais necessidades dos usuários, as quais incluem o acesso às informações confiáveis e no menor tempo possível.

Acerca do profissional bibliotecário, Morigi, Vanz e Galdino (2002) fazem uma crítica afirmando que, por ter sido desde sua origem responsável pela organização e salvaguarda do patrimônio intelectual da humanidade “continua sendo identificado como um profissional totalmente apolítico, apático, neutro, distante das questões sociais e das discussões políticas.” (p. 144). Para mudar essa realidade, o bibliotecário deve primeiramente se tornar um sujeito empoderado, comprometido com o desenvolvimento da aprendizagem, além de buscar sempre colocar o usuário no centro das suas ações.

Tais atitudes são para Bitencourt (2008) etapas do processo para tornar-se protagonista. Segundo o autor:

A atitude protagonista, portanto, requer que, em meio aos conflitos e embates humanos do cotidiano, a pessoa vá se libertando pela prática cotidiana, a partir de pequenos atos protagonistas, com base em paradigmas escolhidos, pensados e amadurecidos que nos oriente na direção para onde se quer ir. Pode-se aproveitar a originalidade e a criatividade dos outros, mas não viver apenas delas, pois o sujeito tem

compromisso intransferível e inalienável como pessoa e com sua pessoa.  
(BITENCOURT, 2008, p. 40)

Considerando o escopo variável do empoderamento e reconhecendo que não é possível adquiri-lo de forma absoluta, já que nunca se é totalmente autônomo ou emancipado, Horochovski e Meirelles (2007) elencam três níveis de empoderamento. O primeiro, empoderamento individual ou intrapessoal, é um recurso de mediação entre o indivíduo e o ambiente em que está inserido, envolvendo a autopercepção da sua capacidade de interferir no meio, com ênfase em níveis de autoestima, autoafirmação e autoconfiança do sujeito. Refere-se de acordo com Baquero (2012, p. 176) “à habilidade das pessoas de ganharem conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida”.

O empoderamento organizacional é o segundo nível e está relacionado ao compartilhamento do poder decisório e de liderança entre os sujeitos, pode ser chamado de “democracia interna”, pois possibilita participação nas decisões estratégicas e operacionais (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007). No contexto da biblioteca o empoderamento neste nível coloca o bibliotecário como participante ativo dos processos, abrindo espaço para que ele não se limite à execução das atividades técnicas, mas expresse opiniões e interfira na tomada de decisão.

O terceiro e último nível é o empoderamento comunitário que é o processo pelo qual os sujeitos constroem estratégias e ações para atingir seus objetivos comuns, entretanto, Horochovski e Meirelles (2007) explicam que o consenso nesse caso não significa que os membros da comunidade possuem os mesmos e harmoniosos interesses, mas sim que, são necessários muitas vezes, longos processos de discussão e convencimento para resultar em decisões que favoreçam o grupo como um todo.

É relevante perceber a responsabilidade desse processo, pois, qualquer decisão tomada afeta toda a comunidade. Para Baquero (2012, p. 177) o empoderamento comunitário “envolve um processo de capacitação de grupos ou indivíduos desfavorecidos para a articulação de interesses, buscando a conquista plena dos direitos de cidadania, defesa de seus interesses e influenciar ações do Estado”. A interação entre esses três níveis possibilita o equilíbrio das relações de empoderamento. Em síntese ao que foi abordado, Gohn (2004, p. 24) afirma que:

A uma sociedade democrática só é possível via o caminho da participação dos indivíduos e grupos sociais organizados. b. Não se muda a sociedade apenas com a participação no plano local, micro, mas é a partir do plano micro que se dá o processo de mudança e transformação na sociedade. c. É no plano local, especialmente num dado território, que se concentram as energias e forças sociais da comunidade, constituindo o poder local daquela região; no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades.

É importante ressaltar que o princípio do empoderamento é ser ativo e não apenas reivindicativo. Ele envolve um processo de conscientização que possibilita a passagem de um estado de passividade para uma consciência crítica, sendo o diálogo um recurso fundamental de emancipação. Assim, no contexto da comunidade, o empoderamento está diretamente relacionado à capacidade de organização dos sujeitos para defender seus interesses, porém, não se resumindo a simples melhoria das condições sociais em diferentes âmbitos da vida, mas envolvendo a conquista de poder e autonomia.

Os três níveis de empoderamento apresentados por Horochovski e Meirelles (2007) representam setores diferentes da vida dos indivíduos, mas interferem diretamente um no outro. As atividades do bibliotecário envolvem constantemente a tomada de decisão a fim de atender às necessidades dos usuários, dessa forma, esse profissional precisa ser empoderado e protagonista de suas ações para provocar mudanças no nível organizacional e comunitário.

Bitencourt (2008) aborda a questão do protagonismo institucional, que também está inserida na prática bibliotecária:

No contexto da instituição, da liberdade e do sujeito, a atitude protagonista é um processo e não um estado. Não é algo dado ou comprado, mas conquistado. É uma atitude contínua de garantir as conquistas já feitas e de ampliá-las. No cotidiano, ser protagonista é um exercício de criação e recriação do espaço. É um movimento pessoal e coletivo, duas bases sem as quais o protagonismo não acontece. Por isso, ele se processa numa teia de relações. É a ação de cada indivíduo somada às ações dos demais, resultando em possibilidades muito maiores de realizações de potenciais criativos individuais, o que isoladamente isso não é facultado. [...] A construção protagonista, dessa forma, não acontece num ambiente protegido dos embates sociais, mas na arena do cotidiano e em meio a todos os conflitos. (BITENCOURT, 2008, p. 37)

Analisando a postura do bibliotecário através da perspectiva do segundo nível de empoderamento, citado por Horochovski e Meirelles (2007), percebemos que, para uma atuação que satisfaça as necessidades da comunidade a qual atende, esse profissional precisa desenvolver, em nível organizacional, competências relacionadas à comunicação, necessárias ao relacionamento profissional e que irão permitir o acesso a informações estratégicas para a empresa e, conseqüentemente, estas serão transformadas também em conhecimento tácito para a resolução de problemas.

Entre as diversas demandas decisórias do bibliotecário podemos citar: o momento de estruturação do processo técnico, tendo em vista a possível forma como o usuário se comportaria no momento da busca; a observação da linguagem dos usuários para realizar a representação da informação em conformidade com as demandas informacionais; o processo de escolha das palavras-chave para representação de um documento; a indicação de fontes de informação; a definição do melhor tipo de classificação, representação e descrição dos documentos, bem como a elaboração dos requisitos para desenvolver a política de acervo.

Com base nos conceitos apresentados elaboramos um quadro que considera o empoderamento do bibliotecário no contexto organizacional, classificando sua atuação em três níveis principais: gestão de pessoas, gestão de acervo e gestão de serviços. Detalhamos em cada nível as atividades inseridas e as exigências para o perfil profissional protagonista (Quadro 1):

**Quadro 1** – Atividades que exigem um perfil de bibliotecário protagonista

Níveis	Atividades	Exigências para um perfil protagonista
Gestão de pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Admissão e demissão de funcionários;</li> <li>• Distribuição de tarefas;</li> <li>• Atribuição de funções;</li> <li>• Definição de objetivos e metas;</li> <li>• Avaliação das competências do grupo;</li> <li>• Incentivar a capacitação técnica da equipe;</li> <li>• Administrar recursos financeiros.</li> </ul>	<p>O bibliotecário protagonista procura criar um clima organizacional harmônico, onde predomine o bom relacionamento interpessoal. Nesse nível de gestão, o profissional deve tomar decisões que considerem o bem-estar coletivo, por isso, necessita de habilidades para mediar conflitos, o que significa ser um bom ouvinte e saber se comunicar de forma clara e objetiva. Entre as suas principais atribuições está a definição de um planejamento de atividades, com metas e objetivos que devem ser periodicamente avaliados. Está sob sua responsabilidade também a identificação de competências individuais da equipe para a distribuição de funções dentro da instituição. Estas características desenvolvem no bibliotecário uma postura que é fundamental para a formação do seu perfil de líder.</p>
Gestão de acervo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas aquisições;</li> <li>• Elaboração de política de desenvolvimento de coleções;</li> <li>• Elaboração de orçamentos;</li> <li>• Sugestões de compra;</li> <li>• Processamento técnico;</li> <li>• Preservação e restauração do acervo;</li> </ul>	<p>O protagonismo do bibliotecário nesse nível implica exercer sua autonomia para a tomada de decisão consciente. O profissional empoderado tem capacidade para resolver problemas de diversos tipos dentro do ambiente institucional, apresentando as alternativas que mais se adequem às demandas. Esse nível de gestão exige a prática do pensamento estratégico com o objetivo de direcionar as ações para as necessidades dos usuários. A ética também é uma característica essencial, pois, a disponibilização da informação depende da interferência do bibliotecário nos processos intermediários, assim, está sob sua responsabilidade a criação de meios que possibilitem o exercício da cidadania através do acesso a informação.</p>

<p>Gestão de serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de materiais de orientação para usuários;</li> <li>• Realização de eventos, treinamentos e capacitações para os usuários;</li> <li>• Promover campanhas de divulgação da biblioteca;</li> <li>• Gerenciar a disponibilização de bases de dados.</li> </ul>	<p>Na gestão dos serviços na biblioteca o bibliotecário protagonista atua no atendimento direto ao usuário, por isso, é fundamental que ele seja comunicativo e que saiba ouvir e interpretar as questões para que possa compreender e disponibilizar a informação de que o usuário necessita. Desse modo, passará a conhecer com maior profundidade o seu público e será capaz de antecipar as demandas, entretanto, precisa estar preparado para a resolução de problemas considerando situações de urgência no atendimento das necessidades informacionais. Esse nível de gestão exige ainda do bibliotecário um perfil criativo, voltado para o desenvolvimento de ações que agreguem valor aos serviços da biblioteca.</p>
---------------------------	--	---

**Fonte:** Elaboração das autoras (2018)

O bibliotecário precisa ter a consciência de que deve desenvolver suas atividades de maneira que as decisões de organização dos aspectos técnicos do acervo não criem empecilhos no acesso do usuário, pois este precisa compreender o formato de disponibilização da informação para se sentir participante ativo do ambiente.

O empoderamento organizacional exige do bibliotecário um perfil criativo, dinâmico, inovador, crítico e consciente de sua responsabilidade social, que tenha habilidades para formular e gerenciar projetos, capacidade de aplicar técnicas de liderança e de orientar os usuários para um melhor uso dos recursos informacionais. Esse profissional precisa dominar competências gerenciais relacionada são negócio da instituição, competências técnicas e tecnológicas e competências sociais, pois, a essência do trabalho do bibliotecário se baseia na transmissão do conhecimento, função tipicamente social (VARELA; BARBOSA; FARIAS, 2016).

Para Farias (2015, p. 119) o profissional da informação precisa criar um perfil protagonista dentro da biblioteca:

Além de atuar para filtrar e facilitar o acesso e o uso da informação pelo usuário, trabalhando na busca, registro, armazenamento, recuperação, avaliação, organização, disseminação e elaboração de produtos e serviços de informação, o bibliotecário com o perfil protagonista se preocupa com a orientação e capacitação dos usuários para melhor utilização dos serviços e produtos, e procede periodicamente com pesquisas de estudo de usuários a fim de identificar novas demandas; estimulando-os no processo de aprendizagem, no hábito de leitura e da pesquisa bibliográfica, ao fortalecer a fundamentação teórica, as bases

estruturais da pesquisa e da atitude científica do sujeito diante da realidade que o cerca.

As demandas da sociedade da informação exigem do bibliotecário mais do que conhecimentos técnicos e operacionais. A expectativa do mercado é absorver profissionais capacitados, criativos, inovadores e, principalmente críticos e conscientes de seu papel na construção da sociedade. Varela, Barbosa e Farias (2016) afirmam que é necessário incluir a capacitação para o trabalho, entretanto, não apenas restringindo-se a ela. Conforme as autoras, o profissional precisa dominar “competências gerenciais relacionadas ao negócio da organização; competências técnicas e tecnológicas; competências de comunicação e expressão, necessárias ao relacionamento profissional, e competências sociais [...]” (p. 24).

No contexto informacional, o protagonismo do bibliotecário visa possibilitar o acesso à informação e conseqüentemente o exercício da cidadania. Conforme Morigi, Vanz e Galdino (2002, p. 142):

O profissional bibliotecário trabalha com a informação, o elemento que, como já afirmado anteriormente, permite a todos o ajuste ao mundo exterior, de forma legítima e coerente, conquistando o status de cidadãos. O seu dever enquanto cidadão ou enquanto profissional é agir como catalisador e difusor da informação na comunidade onde atua.

Os autores afirmam que o bibliotecário deve atuar também como educador, pois a Biblioteconomia precisa ser vista como área do conhecimento participativa na constituição da história social: “informação é considerada um bem simbólico e o seu acesso é essencial para que a cidadania se efetive de forma plena, sendo assim o profissional deve colocar-se de forma ativa diante de sua responsabilidade social como educador.” (MORIGI; VANZ; GALDINO, 2002, p. 141).

O papel do bibliotecário como educador envolve um trabalho em conjunto com os professores em uma colaboração de planejamento didático e definição de estratégias de aprendizagem. É preciso ultrapassar as ações básicas relacionadas ao processo técnico de organização do acervo ou de localização das fontes de informação e adotar uma postura ativa de envolvimento no processo de construção do conhecimento. Varela, Barbosa e Farias (2016, p. 8) ressaltam:

[...] o contexto em que atua hoje o bibliotecário, apresenta-se atravessado pela emergência de um mercado informacional constituído por usuários cada vez mais exigentes em relação às suas demandas. Evidencia-se, sobremaneira, a necessidade de se constituir um novo perfil profissional e educacional, isto porque, se antes as ações práticas e intelectuais do bibliotecário limitavam-se ao espaço físico de uma biblioteca, as muitas aplicações das tecnologias da informação fazem com que os serviços informacionais transponham os limites físicos e institucionais que, antes, cerceavam seu ofício.

Assim, as atividades de mediação da informação na biblioteca exigem uma rotina de investigação sistemática e permanente por parte de docentes e discentes. A biblioteca deve desenvolver atividades que estimulem a prática de pesquisa, e desempenhar o importante papel de incentivar os professores a participarem de eventos, produzirem trabalhos técnicos e buscarem constantemente a qualificação profissional. Para isso, pode elaborar guias demonstrando como desenvolver artigos, projetos e monografias, além de elaborar junto com os docentes, eventos, palestras e cursos.

A função de educador exige que o bibliotecário alinhe suas ações com os objetivos do professor em sala de aula pois esta relação é fundamental para a conquista de leitores e para uma mediação como instrumento pedagógico que promove a autonomia informacional dos usuários. O bibliotecário necessita ter consciência que para ser de fato um mediador que provoca o pensamento crítico nos sujeitos, precisa também ter uma prática leitora do mundo e de si próprio e não apenas dominar a leitura escrita e oral.

Seguindo o mesmo raciocínio, podemos afirmar que a educação pela pesquisa também só é possível se bibliotecários e professores possuírem o espírito investigativo próprio da pesquisa e aplicarem as práticas científicas no seu cotidiano. Além disso, nesse contexto, o aluno deve deixar de ser um ator coadjuvante para ser parceiro de trabalho desses dois profissionais. Esse processo exige que os sujeitos envolvidos sejam protagonistas, a fim de que possam incentivar o empoderamento dos alunos e usuários dos serviços da biblioteca.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os conceitos de empoderamento e protagonismo passaram a ser discutidos com

maior ênfase nos últimos anos através da perspectiva que originou os conceitos: àquela relacionada à luta de classes por direitos individuais e coletivos. Cada vez mais a sociedade exige sujeitos empoderados, autônomos, capazes de tomar suas próprias decisões e de buscar melhores condições de vida para si e para a comunidade.

O empoderamento está diretamente relacionado ao exercício da cidadania, além de ser um processo que depende da experiência adquirida pelos sujeitos ao longo da vida e da percepção que eles têm de suas interações, ou seja, ele se desenvolve nos espaços coletivos, entretanto, não pode ser fornecido de um sujeito para outro, pois somente cada indivíduo tem o poder de se empoderar.

No contexto do bibliotecário, o empoderamento se desenvolve principalmente no nível organizacional (guardando a devida importância ao empoderamento individual e coletivo, que influenciam diretamente nas práticas profissionais), onde ele deve demonstrar segurança para a tomada de decisão e para planejar e executar ações de interesse da instituição como um todo.

O bibliotecário precisa lembrar que o cerne de sua função está no atendimento das necessidades informacionais dos sujeitos e por isso, carrega grande responsabilidade também na formação de indivíduos empoderados e capazes de exercer sua cidadania. O protagonismo nesse ambiente envolve ações de mediação, bem como a priorização de questões de interesse coletivo e exige que o bibliotecário seja representante das demandas sociais.

No nível organizacional faz-se necessário que as instituições abram mais espaço para a biblioteca e suas atividades, inserindo-a no ambiente da prática pedagógica e no cotidiano das ações curriculares e disciplinares, pois, é através dos seus serviços que a biblioteca coloca em prática a mediação e se aproxima do usuário.

## REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, 2012.

BITENCOURT, H. V. **O protagonismo dos cristãos e o poder na igreja**. 2008. 229 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

FARIAS, M. G. G. Mediação e competência em informação: proposições para a construção de um

perfil de bibliotecário protagonista. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 106-125, set. 2015/fev. 2016.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde Soc.**, São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, 2004.

HOROCHOVSKI, R. R.; MEIRELLES, G. Problematizando o conceito de empoderamento. In: Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, II, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.** São Paulo, v.18, n.4, p.733-743, 2009.

KLEN, O. J. Para compreender o protagonismo social na construção do telejornalismo em rede. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XXXII, 2009, Curitiba. **Anais...**, Curitiba: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2009.

MORIGI, V. J.; VANZ, S. A. S.; GALDINO, K. O bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, 2002.

SANTOS NETO, J. A.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O conceito de mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários. In: **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, 15, 2014, Belo Horizonte. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/306058116\\_O\\_CONCEITO\\_DE\\_MEDIACAO\\_IMPLICIT\\_A\\_DA\\_INFORMACAO\\_NO\\_DISCURSO\\_DOS\\_BIBLIOTECARIOS](https://www.researchgate.net/publication/306058116_O_CONCEITO_DE_MEDIACAO_IMPLICIT_A_DA_INFORMACAO_NO_DISCURSO_DOS_BIBLIOTECARIOS). Acesso em: 01 ago 2018.

SILVA, J. L. C.; GOMES, H. F. O conceito de informação pelo viés da alteridade. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, João Pessoa, v.7, n.1, jan./jun. 2014.

VARELA, A. V.; BARBOSA, M. L. A.; FARIAS, M. G. G. Mediação em múltiplas abordagens. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 138-170, 2014.

VARELA, A. V. ; BARBOSA, M. L. A. ; FARIAS, M. G. G. Saberes e competências na formação do bibliotecário: construindo um perfil profissional baseado na interação, sensibilidade e autonomia. In: ALVES, F. M. M.; CORREA, E. C. D.; LUCAS, E. R. O. (orgs.). **Competência em informação**: políticas públicas, teoria e prática. 1 ed. Salvador: Edufba, 2016, v. 1, p. 199-234.

ZINS, C. Redefinindo a Ciência da Informação: da “ciência da informação” para “ciência do conhecimento”. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.21, n.3, p. 155-167, set./dez. 2011.

Recebido em: 02 de abril de 2019  
Aprovado em: 02 de março de 2020  
Publicado em: 30 de março de 2020